

Cidades.

DNA não garante guarda

Relação de amor e carinho prevalece nos tribunais para reconhecimento de paternidade, pedido de guarda, pensão ou até para distribuição de herança. **Página 5**

EDITORA:
ANDRÉA PIRAJÁ
apiraja@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8446
agazeta.com.br/cidades
gazetacidades

VÍCIO EM DROGAS 80 PEDIDOS DE INTERNAÇÃO POR MÊS



Defensoria Pública entra com ações para garantir tratamento

ELTON LYRIO
emorati@redgazeta.com.br

Mensalmente, em média, 80 ações são ajuizadas pela Defensoria Pública para garantir a internação involuntária de usuários de drogas. Desses pedidos, 50 são de pessoas que buscam ajuda para parentes viciados. Nos outros 30 casos os pedidos são feitos voluntariamente pelos próprios dependentes químicos. Mas a procura, segundo o coordenador cível do órgão, Rodrigo Borgo Feitosa, é seis vezes maior do que a quantidade de ações ajuizadas.

Ele afirma que a defensoria é muito seletiva na hora de examinar os pedidos, e que só os casos extremos viram ações judiciais.

RISCO

“Normalmente, antes, os usuários tentam outro tratamento, como o ambulatorial. É com base em laudos médicos que comprovem a real necessidade de internação—como, por exemplo, risco de morte tanto para o paciente quanto para sua família—que as ações são ajuizadas”, explica o coordenador Rodrigo Borgo.

Quando a situação não é considerada extrema, a ponto de ter que se recorrer à Justiça, a defensoria orienta as famílias a procurarem outras formas para o tratamento dos usuários.

Rodrigo Borgo relata que na maioria dos casos a Justiça concede medida liminar, mas nem todos acabam sendo atendidos porque nem sempre há vagas, mes-

À FORÇA

50 ações

de famílias que querem internação involuntária

TRATAMENTO

“Não ajuizamos ação contra a pessoa para que seja internada, mas para que o Estado custeie o tratamento. Famílias que têm recursos conseguem internar involuntariamente em clínicas particulares, mas quem não tem não consegue”

RODRIGO BORG
DEFENSORIA PÚBLICA

mo na rede particular.

“O Estado não tem conseguido cumprir as liminares porque faltam leitos”, diz. Ele explica que até mesmo a internação voluntária acaba tendo que ser alvo de ação judicial, pela falta de vagas.

O defensor diz que há também ações para que o Estado construa centros de tratamento de dependentes químicos em cidades como São Mateus, Aracruz e Guarapari.

DEFENSORIA PÚBLICA

Para saber mais: Ligue para o Disque-Defensoria - telefone 129 - caso queira obter mais informações sobre ações visando a atendimento de usuários de drogas.



Maria (nome fictício) acionou a Justiça para salvar o filho, de 15 anos

“Cheguei a acorrentar meu filho. Por causa dele, não vivia”

“A internação foi como uma porta com uma luz bem grande”, compara Maria (nome fictício), uma auxiliar de serviços gerais de 36 anos que chegou a acorrentar o filho de 15 anos, por 15 dias, enquanto aguardava por uma vaga. A ajuda veio depois de ela ter procurado a Defensoria Pública e entrando com ação na Justiça.

A mãe conta que o ado-

lescente já foi até preso com drogas e armas porque trabalhava para o tráfico para sustentar o vício. Ele havia passado por tratamento ambulatorial, mas não conseguiu se livrar do vício.

“Sofri muito. Fiquei doente, tive depressão, não trabalhava. Não vivia, vegetava, de tanto correr atrás dele. Vendi minha casa, mudei de bairro e perdi

meu casamento. Cada metade da minha família foi para um lado”, desabafa.

O adolescente está há três meses internado numa comunidade terapêutica, em Piúma, Sul do Estado. A mãe conta que visita o filho a cada 15 dias e diz, emocionada, que as coisas mudaram. “Ele está feliz, bonito, estudando. E me disse que não quer mais saber de droga”.

Só internar não basta, diz Estado

O secretário estadual de Ações Estratégicas, Álvaro Duboc, afirma que a internação, por si só, não é a solução do problema. Por isso, a intenção do governo é ampliar o atendimento psicossocial, “de porta aberta”, aos usuários de drogas e a seus familiares, por meio do programa Rede Abraço, lançado em junho.

Ele diz que foi assinado, nesta semana, com o governo federal um termo de cooperação técnica para ampliar a rede com mais três unidades de atendimento.

O convênio entre o governo do Estado e a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), vai permitir a criação de 50 vagas em três unidades de acolhimento a partir de hoje. Elas ficam na Serra, em Alegre e em Mimoso do Sul, mas atendem dependentes do Estado.

As unidades foram contempladas por meio de edital do programa federal “Crack, é possível vencer” e serão fiscalizadas pelo Estado. O investimento é de R\$ 600 mil para 12 meses de tratamento nos locais. “Queremos ampliar as vagas. As instituições interessadas devem atender a requisitos e devem procurar o Estado”, diz Vitore Maximiano, secretário da Senad, que participou do XI Congresso Nacional de Defensores Públicos, que acontece no Estado.